

# Redução da jornada de trabalho: uma luta histórica e muito nossa

*“Por Francisco Nunes Rodrigues”*



No momento em que as centrais sindicais se organizam para reivindicar a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, vale a pena uma reflexão sobre o significado que essa proposta encerra. Em primeiro lugar a redução da jornada tem entre tantos objetivos possibilitar a geração de novos empregos. Estudos vários comprovam que com a adoção desta medida, nos dois primeiros anos da sua implantação ocorrerá a criação de dois milhões e duzentos mil novos empregos.

Em um país como o nosso onde, segundo o IBGE, o índice de desemprego atinge o patamar de 8,6%, a redução da jornada serve como antídoto, se não para resolver o problema em definitivo, pelo menos para gerar perspectivas de futuro a uma grande parcela de trabalhadores, especialmente jovens, que de outro modo teria dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho e de ter a sua dignidade como ser humano garantida.

Em segundo lugar, é preciso considerar que, além da geração de empregos, a dita redução tem também o propósito de possibilitar aos trabalhadores a oportunidade de usufruir de tempo livre, seja para o lazer ou qualquer outra atividade. A verdade é que o capital, não satisfeito com a

apropriação quase por completa, senão completa, do processo de trabalho, dispõe-se a também controlar o tempo livre do trabalhador. O fato que atesta esta afirmação é o aumento constante da jornada (por meio de horas extras e trabalho não pago), mesmo quando por lei esta é de 44 horas semanais. Muitas categorias profissionais e trabalhadores individuais pelo Brasil afora possuem uma jornada média de 49 até 56 horas semanais. O que é um grande absurdo em um país onde as taxas de desemprego são altíssimas e com poucas ou quase nenhuma perspectiva de mudança no curto prazo.

Outro aspecto interessante que merece menção é que a luta pela redução não é uma ação nova, como muitos imaginam. Ao longo da história do movimento operário ela tem ocupado lugar de destaque, sempre que os trabalhadores se mobilizam em defesa dos seus justos e legítimos direitos. Foi assim quando, no dia 08 de março de 1858, um grupo de mulheres têxteis nova-iorquinas deu o bom combate em prol dos seus direitos e por isso 129 delas foram queimadas vivas e, ainda, em 1886, em Chicago, trabalhadores que reivindicavam mudanças com vistas a assegurar a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias foram massacrados e oito dos seus líderes enforcados.

No Brasil, essa luta vem desde meado do século XIX. Na pauta de reivindicações esteve sempre presente a redução da jornada, aliada à proibição do trabalho infantil, bem como do trabalho noturno para as mulheres. O que somente seria alcançado pela legislação durante a década de 30 do século XX. Nem por isso os patrões cumpriram a sua parte. Pelo contrário, o tempo tem mostrado que para obtenção da maximização do lucro a ação patronal tem sido no sentido de reduzir o emprego e sobrecarregar cada vez mais a força de trabalho extraíndo o que ela já não pode dar. Tanto é assim que neste ano de 2008 estamos de pé a lutar pela redução da jornada para 40 semanais e também por melhoria das condições de trabalho, contra o trabalho precário e por melhor remuneração. Ou seja, por uma melhora da qualidade do trabalho, já que para nós não basta ter empregos. Queremos sim a geração de empregos, mas de boa qualidade, com direitos assegurados e com remuneração condizente. O que não está acontecendo neste momento, visto que para muitas categorias profissionais o valor do piso salarial que atinge cerca de 80% dos trabalhadores aproxima-se do salário mínimo estabelecido pelo governo e a geração de emprego se tem dado por meio de trabalho precário. Portanto, o nosso compromisso em defesa da redução da jornada possui entre tantas justificativas um sentido moral, uma vez que, se por um lado atende aos interesses da classe trabalhadora, neste início do século XXI, por outro representa a continuidade de um processo de luta iniciado bem lá atrás por milhões de companheiras e companheiros que em muitos casos deram suas vidas acreditando que com sua luta estavam a construir um mundo admiravelmente novo e também mais justo.

---

\* Francisco Nunes Rodrigues é funcionário da empresa General Motors e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul.